



2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2015
513ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS
DO DISTRITO FEDERAL – CONEN/DF

1 Às nove horas e vinte minutos do dia 5 de fevereiro de dois mil e quinze, no auditório da
2 sede da Secretaria de Justiça e Cidadania, reuniu-se o colegiado para a segunda reunião
3 ordinária de 2015 e quingentésima décima terceira reunião ordinária do CONEN-DF.
4 Presentes os conselheiros: A Presidente Joana d'Arc Alves Barbosa Vaz de Mello e a Vice-
5 Presidente Daisy Rotávio Jansen Watanabe, e os conselheiros José do Nascimento Rego
6 Martins, Ricardo Freire Vasconcellos, Maria do Socorro Paiva Garrido, Marcelo Dias
7 Varella, Frederico Teixeira Barbosa, Beatriz Maria Eckert-Hoff, Valdir Alexandre Pucci,
8 Areolens Curcino Nogueira, Daniela de Souza Silva, Marcos Aurélio Izaias Ribeiro,
9 Adriana Pinheiro Carvalho, Lívia Márcia Faria Bandeira Vilhauva, Lídia Dourado Clímaco,
10 César Ricardo Rodrigues Cunha, Rodrigo Bonach Batista Pires, Luiza Maria Rocha Pereira
11 suplente da conselheira Suely Francisca Vieira. Ausentes os conselheiros: Suely Francisca
12 Vieira, representante do Conselho Regional de Psicologia, Laura Beatriz Castelo Branco
13 Alves S. Rito, representante do MPDFT, Isanete Soares de Oliveira, representante do
14 Conselho Regional de Farmácia, Antônio Raimundo Negrão Costa, representante da
15 Associação Médica de Brasília. A seguir serão resumidas, na ordem cronológica, as
16 discussões e deliberações do colegiado: Abrindo os trabalhos, a **Conselheira Joana Mello**
17 deu posse aos representantes da Sociedade Civil deste colegiado: Marcelo Dias Varella,
18 Frederico Teixeira Barbosa, Beatriz Maria Eckert-Hoff, Valdir Alexandre Pucci. Destacou o
19 sofrimento e problemas que as drogas têm causado às famílias brasileiras ressaltou a
20 importância do Conselho, bem como, a necessidade de aproximação com o meio acadêmico
21 para a implantação de novos projetos e execução da política de enfrentamento e combate ao
22 uso de drogas. Solicitou a apresentação individual de cada um dos presentes e manifestou
23 boas vindas aos novos conselheiros. **Sr. Denilson Cantanhede Oliveira**, diretor da DIGEP,
24 fez breve explanação sobre a relação de documentos e formulários a serem preenchidos para
25 que os novos Conselheiros tomassem posse. **Dr. João Carlos Souto, Secretário de Justiça**
26 **e Cidadania**, cumprimentando os presentes, destacou o desafio de estar à frente da SEJUS,
27 ressaltando a importância da atuação do Conselho, reafirmou o compromisso da Secretaria
28 de em melhorar as instalações físicas e a estrutura do CONEN/DF e da SUPRED visando
29 garantir as ações e projetos de combate ao uso de drogas. Deu posse à Conselheira Joana
30 d'Arc Alves Barbosa Vaz de Mello, para ocupar a presidência do CONEN/DF e, por fim,
31 desejou boas vindas e a agradeceu a presença de todos. **Conselheira Presidente Joana**
32 **d'Arc Alves Barbosa Vaz de Mello** explanou sobre os novos **procedimentos para**
33 **protocolo de demandas e autuação de processos**, ressaltando que as denúncias, demandas
34 ou reclamações, inclusive as encaminhadas à ouvidoria ou apresentadas em reuniões,
35 obrigatoriamente, serão autuadas em processo e submetidas à presidência, razão pela qual, o
36 encaminhamento à Secretaria Executiva somente será feito após o documento passar pelo
37 Protocolo (GEDOC/SEJUS), por meio de ofício ou memorando com as indicações e
38 informações pertinentes para a devida autuação em processo. Do mesmo modo, visando
39 evitar o extravio de documentos, todas as devoluções de processos com ou sem parecer,



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA
CONSELHO DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS DO DISTRITO FEDERAL**



ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2015

40 relatório ou outro documento deverão ocorrer com o respectivo documento já juntado e
41 todas as páginas numeradas, conforme Manual de Gestão de Documentos Administrativos
42 do GDF (Decreto 37.404 de 7.5. 2014). Ressaltou a necessidade de leitura e aprovação da
43 ata sempre na reunião seguinte, conforme previsto no regimento interno, bem como, a
44 inclusão da assinatura de todos os presentes. **Conselheira Daisy Rotávio Jansen**
45 **Watanabe** fez breves relatos sobre as deliberações da 512ª reunião ordinária, ocorrida no
46 dia 30.1.2015, reiterando aos Conselheiros que encaminhem suas considerações para a
47 Secretaria Executiva elaborar a ata e proceder aos devidos encaminhamentos. **Denúncia**
48 **Comunidade Terapêutica Mar Vermelho (memorando nº 168/2014 do CAPS ad II de**
49 **Sobradinho II):** A conselheira informou que a denúncia foi apresentada na 512ª reunião
50 ordinária do CONEN/DF e uma cópia do referido documento entregue no protocolo da
51 SEJUS/DF, pelos conselheiros representantes da Saúde deste colegiado, que o Conselheiro
52 Ricardo Freire Vasconcellos, representante da OAB/DF ficou com a responsabilidade de
53 confeccionar o parecer devido e a Secretaria Executiva de proceder os encaminhamentos
54 formais à Delegacia de Polícia competente para apuração dos fatos e demais deliberações
55 desse colegiado pertinentes à denúncia. Deu um aparte a conselheira representante da Saúde
56 para um maior detalhamento da referida denúncia. **Conselheira Maria Garrido:** após breve
57 explanação sobre o fluxo de atendimentos e dificuldades enfrentadas pelos servidores do
58 CAPS/SES/DF, comprometeu-se a encaminhar o documento original, via ofício, para a
59 devida autuação em processo e apuração dos fatos, explicando que a denúncia foi feita por
60 internos da Comunidade Terapêutica Mar Vermelho atendidos no CAPS e, após fazerem os
61 relatos verbalmente, foram orientados a colocar no papel, as denúncias e reclamações quanto
62 àquela instituição. **Conselheira Presidente Joana Mello** explicou sua preocupação com o
63 encaminhamento de manuscritos às Delegacias de Polícia ou diretamente às Instituições
64 denunciadas que, quando chamadas à delegacia para prestar esclarecimentos, poderão
65 identificar o denunciante, colocando-o em risco de represálias por parte dos infratores,
66 reafirmando a necessidade de autuação em processo e encaminhamento de relatórios com o
67 conteúdo da denúncia e as reclamações recebidas. **Conselheiro José do Nascimento**
68 **Martins** explanou sobre a tomada de decisões dentro do CONEN, ressaltando que
69 especialmente nos casos de notícia de crimes ou infrações que demandam a atuação de
70 órgãos específicos, o Colegiado tem deliberado por encaminhar a denúncia à polícia, a
71 Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA ou outro órgão competente.
72 **Conselheira Lívia Márcia Faria Bandeira Vilhauva** destacou que os conselheiros
73 cogitaram fazer uma visita à instituição denunciada, mas o colegiado optou por não
74 inspecionar/fiscalizar as novas denúncias antes de encaminhar para a delegacia de polícia,
75 em razão da mesma instituição já ter sido inspecionada em razão de outras denúncias.
76 Destacou a existência de outros relatórios de vistorias realizados junto àquela Instituição.
77 **Conselheiro César Ricardo Rodrigues Cunha** lembrou que muitas instituições se
78 intitulam como comunidades terapêuticas, mas, são casas de abrigo, ressaltando a
79 necessidade de treinamento e capacitação dos interessados, visando ao cumprimento dos
80 requisitos para credenciamento junto ao CONEN/DF em respeito à RDC n.29 da ANVISA.
81 Destacou o processo 0400.000.540/2012 objetiva revisar e atualizar as exigências para
82 concessão ou renovação de registro junto ao CONEN/DF. Destacou que algumas
83 instituições de ensino, a exemplo do IESB, têm interesse em formar parcerias com o

2



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA
CONSELHO DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS DO DISTRITO FEDERAL



ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2015

84 CONEN/DF. **Conselheira Daisy Rotávio Jansen Watanabe** comentou que não há
85 regulamentação de Comunidade Terapêutica e, em função dessa questão, a Secretaria
86 Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça - SENAD/MJ, lançou uma
87 consulta pública, para fins da construção dessa regulamentação, que é um marco na política,
88 que houve duas audiências públicas em 2014, e reiterou a informação da prorrogação do
89 prazo de envio das contribuições até o dia 28/02/2015. Este CONEN/DF deliberou
90 anteriormente que seus integrantes fariam suas contribuições diretamente a SENAD/MJ, o
91 acesso pode ser feito por meio da pagina do Observatório Brasileiro de Informações sobre
92 Drogas – OBID (www.obid.senad.gov.br), e do Portal do Ministério da Justiça
93 (www.justica.gov.br). A SENAD/MJ socializou em 30/01/2015 a realização de uma pesquisa
94 nacional sobre o “Perfil das Comunidades Terapêuticas no Brasil” dos usuários acolhidos
95 que será realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Ampliada – IPEA. Citou a
96 capacitação realizada do Curso de Prevenção do Uso de Drogas para Educadores de Escolas
97 Públicas, na qual participou como aluna da Turma Especial da sexta edição, ofertado pela
98 Universidade de Brasília – Unb, através do Programa de Estudos e Atenção às Dependência
99 Química – PRODEQUI/Unb. Em parceria com a SENAD/MJ e Ministério da Educação,
100 que culminou com o projeto aprovado sobre “Implantação de Órgãos Consultivos e de
101 Assessoramento no combate às Drogas no Distrito Federal” que são o Conselho Municipal
102 de Política sobre Drogas - COMAD, que é uma das competências regimentais deste
103 CONEN/DF. Informou que participam desse PRODEQUI/Unb os conselheiros Daisy
104 Rotavio Jansen Watanabe, Daniela de Souza Silva, José do Nascimento Rego Martins e
105 Dr. Ricardo Freire Vasconcellos. Informou que encaminharia ao Dr, Ricardo (Coordenador
106 da Câmara Técnica Normativa), para fins de análise e demais providências. Comentou
107 sobre a realização e participação das reuniões dos Conselhos de Políticas sobre Drogas -
108 CONENs, tendo como integrantes os estados que compõem a federação desse país,
109 juntamente com a presidência deste colegiado que são realizadas na SENAD/MJ, do
110 Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas – CONAD/MJ e do Comitê de Enfrentamento
111 ao Crack e Outras Drogas – Subsecretaria de Políticas sobre Drogas - SUBAD/SEJUS/DF,
112 salientando sua composição e que têm integrantes desse CONEN/DF, representando suas
113 instituições: Adriana Pinheiro Carvalho, Daniela de Souza Silva, Daisy Rotávio Jansen
114 Watanabe, José do Nascimento Rego Martins. Destacou a composição e periodicidade das
115 reuniões das Câmaras Técnicas, que devem ocorrer antes das reuniões ordinárias desse
116 colegiado, que sua composição, funcionamento são definidos pelo colegiado, além da
117 possibilidade de trabalho em conjunto entre mais de uma Câmara Técnica, da possibilidade
118 de convite de especialista em determinados assuntos. especialista em determinados assuntos.
119 Ressaltou que as atas são confeccionadas, em rodízio, pelos próprios integrantes das
120 Câmaras Técnicas. Em seguida, respondendo ao questionamento de um dos conselheiros,
121 explanou sobre a composição das câmaras e Grupos de Trabalho - GT (Fundo Antidrogas do
122 Distrito Federal - FUNPAD/DF, Procedimentos Operacionais Padrão – POP, Revisão do
123 Regimento Interno e GT para fins de elaboração de resolução que regularmente o tratamento
124 de crianças e adolescente nas entidades públicas e privadas que oferecem atenção a pessoas
125 com transtorno causados pelo uso, abuso e dependência de substâncias psicoativas de todo o
126 Distrito Federal e entorno). Ressaltou a necessidade de avanço nos trabalhos de revisão e
127 atualização do Regimento Interno, com o encaminhamento da minuta para socialização com

3



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA
CONSELHO DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS DO DISTRITO FEDERAL



ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2015

128 os demais conselheiros, possibilitando a inclusão de sugestões dos novos membros, deste
129 colegiado. **Conselheiro Marcelo Dias Varella** arguiu a existência de guia de procedimentos
130 para o credenciamento das instituições, bem como, para as denúncias relacionadas ao
131 descumprimento das exigências regulamentares e legais, sugeriu a inclusão do assunto na
132 pauta da próxima reunião das Câmaras Técnicas e, agradecendo aos esclarecimentos, se
133 prontificou para auxiliar o GT de revisão do Regimento Interno e das Câmaras Técnicas,
134 revisando a proposta de novo estatuto, embora não pudesse participar do GT. Por fim,
135 sugeriu que a minuta com as propostas de revisão fosse compartilhada, facultando a inclusão
136 de sugestões, conforme indicado pela Conselheira Daisy. **Conselheira Adriana Pinheiro**
137 **Carvalho** destacou que iniciou a coordenação do GT de Revisão do RI em outubro de 2014,
138 resgatando o trabalho que já havia sido iniciado anteriormente por outro grupo de
139 conselheiros. Ressaltou que, dentre os assuntos discutidos, está o fato de o CONEN/DF não
140 ser instituído por lei, mas sim pelo Decreto nº 9.359 de 01 de abril de 1986, e pelo Decreto
141 nº 32.108 que instituiu a política distrital sobre drogas, prevendo nos artigos 12 e 13 a
142 competência e composição do CONEN. Destacou que o GT de Revisão do Regimento
143 sugeriu a tramitação de duas propostas de leis a serem encaminhadas à Câmara Legislativa
144 do DF, uma tratando da composição do Conselho e outra, em paralelo, das alterações mais
145 emergenciais. Acrescentou que na reunião plenária de janeiro houve a apresentação de
146 algumas conclusões a que chegou o GT, ficando acordado que as novas contribuições seriam
147 discutidas na reunião do GT e a minuta com as alterações encaminhadas por e-mail para
148 apreciação e deliberação na próxima plenária. **Conselheira Presidente Joana Mello**
149 explanando sobre a relevância do assunto solicitou que as proposições do GT de Revisão do
150 Regimento Interno sejam socializadas com todos os membros para apresentação de
151 sugestões, indicando que a minuta seja encaminhada para a Secretaria Executiva reenviar a
152 todos conselheiros. **Conselheiro Rodrigo Bonach Batista Pires** fez explanação sobre a
153 necessidade de algumas alterações no regulamento do FUNPAD/DF, especialmente no
154 maior controle para evitar eventual duplicidade de pagamentos pela SENAD/MJ e pelo
155 FUNPAD/DF, quanto ao objeto de contratação, evitando-se a sobreposição de pagamentos
156 pelo mesmo objeto. Destacou que o GT sugeriu incluir no regulamento que não haverá
157 pagamento pelo mesmo objeto contratado com a SENAD/MJ. Assim, destacou que, com a
158 alteração do edital de chamamento, o CONEN não irá pagar por vaga, mas por outros
159 serviços, tais como, a manutenção da instituição, permitindo que a mesma esteja conveniada
160 com o CONEN/DF e com a SENAD/MJ, evitando o pagamento em duplicidade. Destacou
161 que, tal sugestão foi aprovada em plenária e que fará o encaminhamento da minuta para
162 socialização com os demais. **Conselheira Daisy Rotávio Jansen Watanabe** comentou que
163 a Instituição ONG Salve a Si, foi denunciada por diversas irregularidades, inclusive por
164 receber em duplicidade, razão pela qual, além dos conselheiros designados como de praxe
165 foi nessa ocasião visitada pelo Presidente, Vice-Presidente que emitiram relatório
166 subsidiando a decisão do Conselho em suspender novos encaminhamentos, dentre outras
167 deliberações. **Conselheiro Valdir Alexandre Pucci** solicitou que a relação e composição
168 das Câmaras Técnicas sejam encaminhadas por e-mail, razão pela qual, a **Presidente Joana**
169 **Mello**, conclamou que os Coordenadores de cada Câmara Técnica e dos Grupos de Trabalho
170 informem à Secretaria Executiva a composição e área de formação dos Conselheiros para
171 que seja facultada a participação dos novos membros e distribuídos por área de formação.

4



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA
CONSELHO DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS DO DISTRITO FEDERAL



ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2015

172 Destacou que formalizará solicitação à Coordenação de Tecnologia da Informação da
173 SEJUS/DF para a criação de arquivo eletrônico visando à organização de todos os
174 documentos do CONEN/DF, de modo que todos os membros tenham acesso aos arquivos,
175 mas sem autonomia para apaga-los. Ressaltou a importância de visitas periódicas às
176 instituições credenciadas no CONEN/DF. Destacou que está buscando junto ao Secretário
177 de Justiça e Cidadania melhorias e ampliação no espaço destinado à Secretaria Executiva do
178 Conselho. Ressaltando que já solicitou o levantamento da prestação de contas do
179 FUNPAD/DF, e designou um servidor para prestar os devidos esclarecimentos das contas na
180 próxima reunião. Questionou sobre a situação do Convênio firmado entre o CONEN/DF e a
181 SENAD/Ministério da Justiça para estruturação e fortalecimento do CONEN/DF e criação
182 de conselhos nas regiões administrativas. **Conselheira Daisy Rotávio Jansen Watanabe**
183 informou que o Ex-Presidente do CONEN/DF foi quem acompanhou o processo e teria
184 maiores informações sobre a, questão, mas recorda da compra de aquisição de microfones,
185 data-show, mesa para reuniões e outros mobiliários. A presidente pontuou a questão de
186 acesso à senha do controle das mensagens eletrônicas do e-mail desse CONEN/DF e que
187 ficará sob a responsabilidade do secretário executivo o acesso e o controle das mensagens
188 eletrônicas do e-mail: conen.df@gmail.com, responsabilizando-se por todos os
189 encaminhamentos. A conselheira Daisy ressaltou que a respeito do acesso as senhas há
190 deliberação desse colegiado no sentido de ser socializada com a presidência e vice-
191 presidência. Comentou que já houve na gestão passada situação em que foi necessária
192 verificar recebimento de e-mail e nem o presidente e vice-presidência sabiam da senha.
193 Nessa ocasião o secretário executivo encontrava-se de licença-medica e não houve um
194 contato nesses dias, comprometendo os trabalhos. Os presentes deliberaram por autuar em
195 processo a Circular nº 02/2014-SUAG/SEJUS, de 2.2.2015 e encaminhar para a Gerência de
196 Gestão de Fundos – GGF, objetivando subsidiar parecer técnico da Assessoria Jurídica
197 Legislativa – AJL da SEJUS-DF, no prazo máximo de 15 dias, quanto à necessidade e
198 viabilidade de manutenção, sem cortes financeiros, nos contratos firmados com as
199 comunidades terapêuticas e congêneres, em que pese os Decretos editados pelo Governo do
200 Distrito Federal determinando o corte de gastos e redução do valor dos contratos firmados
201 pelo GDF. **Conselheira Beatriz Maria Eckert-Hoff**, ressaltou que o momento é o
202 adequado para o controle e organização documental do CONEN/DF, ressaltando a
203 importância que está sendo dada ao Conselho. Destacou que o compromisso da nova gestão
204 no controle e tramitação de processos, documentos e comunicados impressos e eletrônicos
205 dará maior tranquilidade e segurança aos membros do Colegiado. **Conselheira Presidente**
206 **Joana Mello**: Destacou seu compromisso pessoal e do Secretário de Justiça e Cidadania em
207 assumirem uma gestão estratégica e criativa na busca de parcerias com órgãos distritais e
208 federais dando a devida importância para o fortalecimento do CONEN/DF e, por tudo que
209 foi exposto e não havendo mais nada a tratar, agradeceu a presença de todos e declarou por
210 encerrada a reunião. E, para constar, eu, Bruno de Souza Moura, Secretário Executivo,
211 redigi, lavrei e datei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada por todos os
212 Conselheiros presentes.

Joana d'Arc Alves Barbosa Vaz de Mello

Daisy Rotávio Jansen Watanabe

5



Conselho de Políticas sobre Drogas do Distrito Federal – CONEN/DF
Estação Rodoferroviária – Ala Sul Sala 08 – Térreo – Brasília/DF
Cep: 70631-900 Telefones: 2104-1830 / 2104-1831

BSM



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA
CONSELHO DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS DO DISTRITO FEDERAL**



ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2015

Presidente

Vice-Presidente. Repres. Sec. Esportes

Adriana Pinheiro Carvalho (titular)
Repres. Sec. Est. Desenvolvimento Humano

Areolenes Curcino Nogueira (suplente)
Repres. Centro Recuperação, Com. Terapêutica

Beatriz Maria Eckert-Hoff (titular)
Repres. Sociedade Civil

César Ricardo Rodrigues Cunha (titular)
Repres. Centro Recuperação, Com. Terapêutica

Daniela de Souza Silva (titular)
Repres. Secretaria de Estado de Educação

Frederico Texeira Barbosa (suplente)
Repres. Sociedade Civil

José do Nascimento Rego Martins (titular)
Repres. Sec. de Estado de Segurança Pública

Lídia Célia Dourado Clímaco (titular)
Repres. Conselho Regional de Serviço Social

Lívia Márcia Faria Bandeira Vilhauva (titular)
Repres. Secretaria de Estado de Cultura

Luiza Maria Rocha Pereira (suplente)
Repres. Conselho Regional de Psicologia

Marcelo Dias Varella (titular)
Repres. Sociedade Civil

Marcos Aurélio Izaias Ribeiro (titular)
Repres. Centro Recuperação, Com. Terapêutica

Maria do Socorro Paiva Garrido (titular)
Repres. Secretaria de Estado de Saúde

Ricardo Freire Vasconcellos (titular)
Repres. OAB

Rodrigo Bonach Batista Pires (titular)
Repre. PCDF

Valdir Alexandre Pucci (titular)
Repres. Sociedade Civil

Bruno de Souza Moura
Secretário Executivo